

13 de maio de 2016 e o noticiário do dia: considerações a partir da teoria do jornalismo

May 13 2016 and the news: considerations within the theory of
journalism

ENIO MORAES JÚNIOR¹

LUCIANO VICTOR BARROS MALULY²

RESUMO: A crise econômica e política brasileira foi pauta recorrente dos noticiários em 2016, principalmente pelo envolvimento de políticos em casos de corrupção. Tendo como base as matérias publicadas em 13 de maio de 2016, data que marca a Abolição da Escravatura no Brasil, um dia após Michel Temer assumir interinamente a Presidência do país, este artigo apresenta uma abordagem teórica sobre o noticiário pautado pelo Portal UOL, tendo como referência as teorias do agendamento e dos definidores primários.

PALAVRAS-CHAVE: Crise no Brasil; pauta; teoria do jornalismo; agenda-setting; definidores primários.

ABSTRACT: Brazil's political and economic crisis was a subject frequently mentioned in the news in 2016, especially because of the politicians' involvements in corruption cases. Based on the news published on May 13, 2016, a date which which reminds us us of the Abolition of Slavery in Brazil (1888), the day after Michel Temer took the interim Presidency of the country, this paper presents a theoretical approach on the guided News by Portal UOL, referring to the theories of agenda-setting and primary definers.

1. Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

2. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

KEYWORDS: Brazil crisis; journalism agenda; theories of journalism; agenda-setting; primary definers.

INTRODUÇÃO

Por idealismo, um grupo de professores resolveu montar uma faculdade em uma pequena cidade do interior de São Paulo. A solicitação já foi encaminhada e aprovada pelo Ministério da Educação. Faltam apenas trâmites burocráticos para iniciar as atividades: do vestibular às aulas. Porém, há mais de um ano essa decisão está sendo periodicamente adiada pelo governo. Você deve estar se perguntando: qual a relação dessa história com o jornalismo e a crise brasileira?

Enquanto os quatro poderes, incluindo a mídia, estão concentrados no problema da crise política, as demais esferas da sociedade sofrem com o descaso do Estado. A ausência de comprometimento dos responsáveis (do ministro ao chefe de setor) gera um *efeito cascata* para com os demais funcionários. “Se o chefe está preocupado apenas em ‘fazer política’, por que eu vou me matar?”, é a frase que ouvimos, principalmente nos órgãos públicos.

A irresponsabilidade causa sérios danos, como a ampliação da burocracia, fator que paralisa o país. Desta forma – sem esquecer os atuais fatos políticos, sobretudo os relacionamentos à corrupção –, chegou a hora de os diversos setores se unirem para colocar um fim na crise econômica, que está assolando a maior parte da população brasileira, especialmente as classes de média e baixa renda.

O momento é de reflexão, oportuno para a discussão de temas e, como consequência, de tomada de decisões para a resolução de problemas cotidianos de questões como o aperfeiçoamento dos profissionais da educação; maiores recursos para os hospitais-escola; apoio à agroindústria como alternativa para a disputa do mercado internacional; diminuição dos juros visando à abertura de novos negócios, como os relacionados à ciência e tecnologia e garantias de financiamentos justos no setor imobiliário.

Além disso, merecem ser discutidas questões como a valorização dos locais que preservam o meio ambiente; o investimento maciço em segurança; a quebra do monopólio na mídia; o benefício para projetos culturais; a apuração dos gastos efetuados durante a Copa do Mundo e as Olimpíadas; o fortalecimento dos órgãos reguladores e fiscalizadores e o combate ao desemprego por meio de auxílios aos trabalhadores, entre outros.

Essas pautas demandam uma ampliação da atual agenda, facilitando discussões na mesma perspectiva de Karl Popper (1981, p. 4): “Estou perfeitamente seguro de que tenho razão; mas posso enganar-me e podes ter razão tu. Em qualquer dos casos, vamos conversar racionalmente, pois assim nos aproximamos mais da verdade, do que cada um persistir no seu ponto de vista”.

Como bem disse o professor Eugênio Bucci da Universidade de São Paulo, no artigo *Vazamento é a mãe*, publicado em 05 de março de 2016, no Caderno Aliás de *O Estado de S. Paulo*: “O papel do jornalista é ouvir, com atenção absoluta, e então separar o que é ódio e rancor do que é de interesse público”. Desta forma, a crise política precisa estar no centro das discussões, assim como outras questões. Se as personagens são as mesmas, ou seja, políticos, especialistas, celebridades e os cidadãos, então por que também não os questionar sobre outros assuntos? Dentre essas fontes, estão os juízes que são muito bem pagos para representar a população.

Cabe aos jornalistas equilibrarem as pautas e seus protagonistas, conduzindo o processo de reconstrução do país por meio da velha base, regida por relações políticas, econômicas e sociais. Diante das interpretações das atuais denúncias de corrupção, torna-se fundamental o exercício da cidadania, afinal todos estão sedentos por mudanças, bem como para encontrar e punir os culpados. Em função disso, é preciso ser prudente com julgamentos precipitados.

Essa precipitação é a mesma dos jornalistas que não observam os políticos como fontes para o debate em torno da crise econômica ou mesmo que esquecem a importância do Dia da Abolição da Escravatura (13 de Maio de 1888). “A ocultação deliberada e as campanhas de silêncio fazem parte de uma técnica mais geral chamada *desinformação*. A informação tem por objetivo conduzir à verdade, e a desinformação, à grande verdade da mentira, como técnica manipulatória.” (BLÁSQUEZ, 1999, p. 67).

PAUTA E PROCESSOS

Todo processo tem um começo. No caso da produção da informação jornalística, no começo de tudo está a pauta. Ela orienta a matéria, selecionando o que entra no noticiário; é ela que angula a forma como o assunto será coberto, qual a direção a ser tomada na cobertura. Entretanto, ela é sutil. Tão sutil que muitas vezes é negligenciada nas redações e no ensino do jornalismo.

Por conta de sua sutileza, sua força é mal compreendida e pouco valorizada. Deste ponto decorrem dois riscos para o trabalho do jornalista: procura-se

compreender a atividade pelo seu fim (o produto, a matéria fechada e editada) e permite-se que escape do material jornalístico final o que ele poderia ter de mais importante: os vieses, as contradições e os aspectos da matéria melhor detalhados, mais bem trançados. Como diz Cristina Rego Monteiro da Luz, ao comparar a pauta ao Fio de Ariadne:

A pauta jornalística, sua elaboração e estrutura merecem um olhar acadêmico mais cuidadoso. A pauta, generalista ou por editorias, é um instrumento referencial significativo e inexplorado no estudo sobre o processo de produção da notícia no Brasil. Recurso organizacional estratégico nas redações dos maiores jornais do país especialmente a partir da década de 1950, a pauta revela ideologias, estruturas de poder, injunções políticas, econômicas e sociais ao longo da história da imprensa no país. (MONTEIRO DA LUZ, 2005, p. 92).

Embora pouco valorizada no cotidiano das redações, a pauta tem merecido atenção de alguns estudiosos recentes que, na literatura disponível para jornalistas e estudantes de jornalismo, preocuparam-se em mapear o processo de produção de construção da notícia. No Brasil, autores como Luiz Beltrão (2006) e Mário Erbolato (1991) dedicaram parte de seus estudos à compreensão dessas rotinas.

Beltrão (2006, p. 94) entende que a elaboração da notícia começa por um “exame que destina-se a medir o peso exato, o valor incontestável da matéria prima que vai transformar em notícia”. Só depois desse ponto, o jornalista começa “a organizar e selecionar o seu material de informação” (idem, p. 95).

Para Erbolato (1991), as rotinas jornalísticas estão claramente organizadas no “tripé” captação (reportagem), redação e edição da informação. Ao falar da captação, o autor destaca o papel imprescindível do pauteiro e destaca: “Entre suas funções está a de ler tudo que lhe caia às mãos, mas sempre na tentativa de *encontrar a chave* para uma boa matéria” (idem, p. 177, destaque do autor).

Há também estudos nacionais recentes, como os de Cleide Floresta e Lígia Braslauksas (2009, p. 01), que dedicam quase um capítulo inteiro à pauta e advertem: “(...) uma pauta não cai do colo de nenhum jornalista. Ao contrário, é resultado de muito esforço”. Além de técnicas para elaboração desse *briefing* para matérias quentes e frias, as autoras traçam diretrizes capazes de enriquecer, para o jornalista em formação, a concepção de pauta. Elas chamam atenção para a importância de o

jornalista estar bem informado e manter boas relações sociais como aliados na hora de pensar, propor e construir uma pauta.

Thaís de Mendonça Jorge (2009) orienta suas discussões nessa mesma direção. Para ela, a pauta é o começo e o fim da atividade jornalística. Se, por um lado, ela *brifa* a reportagem, determinando a seleção e a construção da informação jornalística, por outro, essa mesma reportagem, ao ser publicada nas edições do veículo, termina por subsidiar uma pré-pauta que subsidiará parte do trabalho de reportagem no dia seguinte.

Os clássicos manuais de redação de empresas jornalísticas como *Folha de S. Paulo* (1996; 2001) e *O Estado de S. Paulo* (MARTINS, 2004), além de estabelecerem critérios para a elaboração de uma boa pauta, fazem remissões a questões éticas, geralmente associadas à conduta do jornalista no trabalho de apuração.

A *Folha de S. Paulo* (1996, p. 39), por exemplo, vai além de conceituar a pauta:

É o primeiro roteiro para a produção de textos jornalísticos e material iconográfico. Deve conter sempre uma hipótese a ser confirmada ou refutada, uma questão principal a ser respondida. Já a partir da pauta é possível prever títulos prováveis. A pauta não deve ser só uma agenda. Precisa se preocupar em levantar enfoques diferenciados sobre os temas, buscar ângulos novos de abordagem, mostrar agilidade na identificação de novas tendências. É recomendável que a pauta tenha entre seus objetivos prestar um serviço ao leitor, de forma que o produto final seja útil para a vida prática de quem lê.

Entretanto, o texto não avança em uma discussão aprofundada do significado de termos como “levantar enfoques diferenciados”, “ângulos novos de abordagem” ou “prestar um serviço ao leitor”. Todos eles parecem propensos a subsidiar um jornalismo a serviço do cidadão, mas como ocorre quando se faz uma abordagem técnica da pauta, caem em uma superficialidade que subestima a complexidade da escolha de cada assunto a ser coberto, de cada fonte a ser entrevistada.

Nesse sentido, é importante avançar nas discussões sobre a pauta envolvendo seus diferentes vieses organizacionais, profissionais e ideológicos no processo de produção da notícia. Talvez as teorias do jornalismo possam ajudar nesse caminho.

Qual a relação da pauta jornalística com o interesse público e como ela pode ser inserida nos estudos das teorias do jornalismo? Diante dessa questão, este artigo faz um recorte para entendê-la no escopo de duas abordagens teóricas da área: a teoria do agendamento e a teoria dos definidores primários.

PAUTA, AGENDAMENTO E DEFINIDORES

As origens da teoria do agendamento estão no pensamento de Walter Lippmann, mais especificamente em seu clássico *Opinião Pública*, de 1922. Jornalista norte-americano de grande atuação em pesquisas de opinião nos Estados Unidos da primeira metade do século passado, Lippmann (2008, p. 40) afirma que, gradualmente, o homem “(...) cria para si próprio uma imagem credível em sua cabeça do mundo que está além do seu alcance”.

No entanto, a formulação clássica do conceito surge nos Estados Unidos entre o final da década de 1960 e começo dos anos 1970 com Maxwell McCombs e Donald L. Shaw, como revela Traquina (2001). Segundo os dois autores: “Novas investigações, explorando as consequências do agendamento e do enquadramento dos mídia, sugerem que os mídia não só nos dizem EM QUE PENSAR, mas também COMO PENSAR NISSO E, conseqüentemente, O QUE PENSAR” (apud TRAQUINA, 2001, p. 33-34).

Traquina (2001) avalia que este ponto da teoria do agendamento é fundamental para entender a pauta, na medida em que ela guarda uma intensa relação com essas três instâncias cognitivas apontadas por McCombs e Shaw. Ao observar que o agendamento implica construir um *em que pensar*, os autores estão referendando um elemento importante da pauta: a retranca, o tema da reportagem. Ao ponderar que a pauta encerra um *como pensar nisso*, os autores chamam atenção para a angulação da matéria. Por fim, ao levantar que a *agenda-setting* também implica consequências sobre o *que pensar*, McCombs e Shaw estão aludindo à subestrutura ideológica que subjaz a matéria. Se esse é o ponto de chegada com que tem se preocupado muitos estudos do jornalismo, vale chamar atenção que ele não começa ali onde termina. O *que pensar* começa e está determinado na pauta.

Portanto, tomando como referência a teoria do agendamento, é possível sinalizar que o papel do interesse público na pauta é produto da construção de uma agenda que implica diferentes negociações e articulações de interesses envolvendo a organização jornalística, os valores institucionais e sociais do grupo para o qual se destina a informação e, obviamente, o jornalista e suas posições político-ideológicas. Essa questão pode ser mais bem observada se considerarmos a produção e o agendamento da notícia dentro de uma estrutura social.

A teoria dos definidores primários, também chamada de teoria estruturalista, trabalha exatamente com a ideia de estrutura social. Portanto, ela relativiza a

autonomia dos jornalistas. Nessa abordagem, as possíveis distorções do noticiário, antes de serem produtos das intenções dos jornalistas, são produtos da subordinação destes às fontes institucionais: os definidores primários. Portanto, não são os jornalistas que determinam as notícias, mas a própria estrutura social e seus representantes. Como observa Felipe Pena (2005, p. 154):

Pessoas em cargos institucionais, como governadores, prefeitos, presidentes de empresas, delegados de polícia ou diplomatas funcionam bem como definidores primários. Eles norteiam o trabalho da imprensa em casos específicos, pois são os primeiros a serem procurados para entrevistas, por darem uma certa “legitimidade” ao depoimento, segundo a lógica dos jornalistas.

A interpretação de Stuart Hall et al. (1993) sintetiza bem essa teoria, quando revela que as mídias não são os definidores primários da notícia: eles são subordinados à estrutura do poder. Portanto, a notícia pressupõe e reproduz o consenso social. Ou seja, a notícia é construída dentro de *mapas culturais*, que envolvem um processo de ‘identificação e contextualização’ implicando a organização burocrática dos *media*; a estrutura de *valores-notícia* e a ideologia profissional dos jornalistas e o momento da construção da notícia (sendo este menos tangível).

Traquina (2001, p. 64), ao voltar sua atenção para as fontes, adverte: “(...) sendo as notícias resultado de um processo interativo onde diversos agentes sociais exercem um papel ativo em um processo de negociação constante, jornalistas e fontes estão no centro desse processo”.

O autor considera que há algumas características que o jornalista busca e valoriza nas fontes: autoridade – a posição institucional da fonte; produtividade – a quantidade e qualidade de informações; e credibilidade – oferecer dados legítimos; “tentativa e erro” (idem).

Tomando como referência a teoria dos definidores primários, o caminho mais curto para entender a pauta seria considerá-la produto da própria estrutura social. Entretanto, Hall et al (1993) alertam para alguma margem de autonomia que o jornalista tem para resistir a essas definições. Assim, se o interesse público está, por um lado, nas mãos dos definidores primários, por outro, os seus definidores secundários – os jornalistas – podem se posicionar de forma favorável ou não a um jornalismo democrático e de interesse público.

A contribuição desses autores pode ajudar a entender a questão da pauta no jornalismo político brasileiro. De forma especial, pode ser um caminho para interpretar a cobertura dos acontecimentos de repercussão nacional nos últimos tempos.

ESTUDO DE CASO – 13 DE MAIO DE 2016

13 de maio de 2016 é uma data que não será esquecida pelos jornalistas brasileiros porque gerou uma série de notícias pelo fato de o então vice-presidente Michel Temer ter então assumido, interinamente, a Presidência do país, em substituição à Dilma Rousseff. Em paralelo, dois outros fatos seriam essenciais para a cobertura desse 13 de maio: a lembrança do Dia da Abolição da Escravatura do Brasil e a crise econômica brasileira.

De um lado, observou-se se os jornalistas elaboraram matérias com os políticos, que foram os principais personagens nessa data, sobre o fim da pasta única sobre Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos que agora pertence ao Ministério da Justiça, fato este que poderia ser relacionado ao Dia da Abolição da Escravatura no Brasil, e sobre as possíveis soluções do novo governo para a crise econômica.

Diante das pautas, a hipótese é de que os jornalistas preteriam esses dois fatos em função da agenda política, preferindo exaltar somente o jogo do poder fundamentado pela posse do novo presidente interino. Diante dos protagonistas, a hipótese é de que, caso essas pautas sejam publicadas, as fontes não serão os políticos, mas sim outras personagens, ou seja, na visão dos jornalistas, “político fala de política”.

Para isso, o Portal UOL³, um dos principais meios de comunicação no Brasil, foi escolhido para a análise. No primeiro momento, as matérias serão selecionadas de acordo com a referência do título aos dois assuntos. No segundo momento, serão observados os protagonistas das matérias de acordo com as fontes caracterizadas (marcadas pelos jornalistas por meio de citações – que estarão entre aspas). Desta forma, será determinado o fato e seus personagens.

O processo de análise começou, exatamente, às 8 horas e 30 minutos e terminou, pontualmente, às 9 horas e 30 minutos, do dia 13 de maio de 2016, com a seleção das manchetes e das seções *Notícias* e *Você viu?*, que trabalham com assuntos gerais. Foram descartadas as seções de *Entretenimento*, *Esportes*, *TV UOL*, *Estilo de Vida*, *Fotos*, além das partes publicitárias. Também foram descartadas duas matérias, que

3. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/>>. Acesso em: 13 maio. 2016.

ficaram pouco tempo no ar e, rapidamente, foram substituídas por outras, sendo que os títulos eram *Relator retomará acusação de propina contra Cunha e Balanço do 1º Trimestre aponta prejuízo de R\$ 1,35 bi na Petrobrás*.

A. CORPUS

PRINCIPAIS MATÉRIAS:

* **Matéria um:** (Novo Ministro da Economia) Meirelles diz que pode propor aumento para a idade mínima da aposentadoria

OBS: A Matéria complementar que foi reproduzida da Folha de S.Paulo: Empresariado vê sinais de otimismo para a economia com saída de Dilma

Matéria dois: (13 tinham mandato no Congresso) Ministério de Temer tem maioria dos parlamentares

Matéria três: (Afastada do cargo) No dia da saída, Dilma dá bronca em ex-ministro e revê amigas

Matéria quatro: (Perspectivas do Governo Temer) Ministro da Justiça foi advogado de Cunha e rompeu com Kassab

Matéria cinco: (Presidente interino) Com Michel Temer, PMDB deve tentar neutralizar os danos da Lava-Jato

Matéria seis: (Análises) Mello Franco: Brasil tem a maior mudança desde 1964

Matéria sete: (Sem foro privilegiado) Ministros exonerados passam a ser investigados por Moro

Matéria oito: (“Não somos boçais”) Impeachment não possui legitimidade, diz Barbosa

Matéria nove: (Análise) Era lulopetista teve símbolos de glória e decadência

Matéria dez: (De 1994 a 2013) Como anos de paz podem acabar deste modo tão traumático?

Matéria onze: (Trâmite do impeachment) Se quiser, Dilma poderá ser ouvida no senado, diz Lewandowski

SEÇÃO NOTÍCIAS:

Matéria um: (Escolas Estaduais Ocupadas) Geraldo Alckmin libera reintegração de posse sem passar pelo judiciário

Matéria dois: (Internet de banda larga) Operadoras devem ter plano de acesso ilimitado

Matéria três: (Presidente da casa) Processo contra Maranhão fica parado na Câmara

Matéria quatro: (Protesto) Estudantes ocupam a FFCLH, na USP, contra cortes na Educação

Matéria cinco: (Ao assumir o TSE) Gilmar Mendes defende reforma política e eleitoral

Matéria seis: Suposta propina recebida de furnas

Matéria sete: (Investigada pela PF) Justiça barra nomeação de primeira-dama como secretário em MG

Matéria oito: (Polêmica na Carolina do Norte) Obama orienta escolas para que transgêneros usem qualquer banheiro

Matéria nove: (Economia) Atividade econômica tem a 15ª queda consecutiva (*)

Matéria dez: (Matou o pai e a madrasta) Justiça nega pedido de Gil Rukai de recorrer de sentença em liberdade

Matéria onze: (Escolas Estaduais Ocupadas) Estudantes dizem que 50 alunos foram detidos pela polícia em reintegração

OPINIÃO:

Thomas L. Friedman: Donald Trump e sua política externa de Miss Universo

Pasquale Cipro Neto: Está correta a expressão “Perfeito e acabado”?

Leonardo Sakamoto: Em vez de “Ordem e Progresso”, “Um Governo de Cuecas”

Juca Kfoury: Silêncio das Panelas. A elite branca já pode dormir em paz

SEÇÃO VOCÊ VIU?

Matéria um: (Próximos passos) Dilma é afastada por 180 dias; o que acontece

Matéria dois: (Acusado por Youssef) STF autoriza inquérito contra Aécio por Furnas

Matéria três: (Medalha em Sydney) Veja a história por trás do “é prata, é prata, é prata!”

Matéria quatro: (Le Monde) Pré-candidato francês quer referendo sobre UE

No total, foram 26 textos, incluindo opinião e informação, dos quais foram destacados nesta pesquisa 11 como manchetes e 15 na seção *Notícias* (11 informativas e quatro destacadas como opinião) e quatro da seção *Você Viu?*.

Diante da análise, nenhuma matéria referenciou o contexto mencionado sobre o Dia da Abolição da Escravatura. Já diante da crise econômica brasileira, duas matérias merecem menção, justamente a **número um** do quadro manchetes, que chamaremos de Unidades Jornalísticas⁴:

UJ 1: (Novo Ministro da Economia) Meirelles diz que pode propor aumento para a idade mínima da aposentadoria (saiu do ar)

UJ 2: Empresariado vê sinais de otimismo para a economia com saída de Dilma

B. ANÁLISE

*** UJ 1: (Novo Ministro da Economia) Meirelles diz que pode propor idade mínima para a aposentadoria**

A base da matéria é a declaração do novo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que foi dada em entrevista à TV Globo, na sexta-feira (13). Algumas frases marcaram a matéria, sendo que o ministro coloca a questão relacionada ao rombo nas contas do governo, aumento da idade mínima para a aposentadoria e

4. As referências estão no final do trabalho.

para os impostos, cortes nos privilégios para empresários e também para assessores/funcionários públicos e manutenção dos programas sociais.

ROMBO

“Existe algo que já está claro: os R\$96 bilhões são um número elevadíssimo, mas tudo indica que o déficit vai ser maior que esse”.

Tomar medidas “duras, porém necessárias”, para que a dívida brasileira seja “sustentável”.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA (AUMENTO DA IDADE MÍNIMA DA APOSENTADORIA)

“(A proposta de aumento) não é nenhuma novidade”, disse. “O que precisa é determinação do governo para fazer e apresentar uma proposta que seja factível”.

IMPOSTOS

“[...] preferencialmente não deveria haver aumento de impostos. Mas prioridade é equilibrar as contas públicas”.

OBS: afirmou que a volta da CPME, o imposto do cheque, não está descartada.

‘BOLSA-EMPRESÁRIO’ (CONTA DE SUBSÍDIOS E DESONERAÇÕES DE SETORES DA ECONOMIA)

“Devemos e vamos cortar despesas e privilégios daqueles que não precisam”, afirmou o ministro.

PROGRAMAS SOCIAIS

“Os valores que o governo deixa de arrecadar com as desonerações são muito maiores que o investido nos programas sociais” (como o Bolsa Família).

BANCOS PÚBLICOS (NOMEAÇÕES NO BB E NA CEF)

“Eles não são instrumento de política, mas sim de crédito e de poupança”.

***UJ2: Empresariado vê sinais de otimismo para a economia com saída de Dilma**

A matéria é realizada a partir de entrevista com empresários que mostram otimismo, confiança e esperança (em mudanças a curto e longo prazo). Destacam-se as declarações de Wesley Batista, presidente da JBS. Ele disse esperar que o governo “possa dar o próximo passo em direção às reformas estruturantes, para diminuir o custo Brasil”. De acordo com ele, além das reformas na Previdência, é preciso mexer nos tributos e nas relações trabalhistas. “São coisas que sentimos na carne, como é tão caro a operação por aqui”. O empresário relaciona algumas mudanças fundamentais, como previdência, tributos e relações trabalhistas.

LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI (PRESIDENTE-EXECUTIVO DO BRADESCO)

“Temos a expectativa de que o governo de Michel Temer direcione o Brasil a um novo tempo de solidez, um país pensado para fluir”.

“(...) o Brasil não pode mais ficar aprisionado a esse feitiço do tempo, no qual apenas os dias se repetem. O tempo passa rápido e assim deve ser”.

ROBERTO SETÚBAL (PRESIDENTE-EXECUTIVO DO ITAÚ UNIBANCO)

“Hoje o Brasil inicia um novo capítulo de sua história, sob a presidência interina de Michel Temer, renovando as esperanças de um país mais justo e com maior crescimento econômico”.

“Acreditamos que Brasil tem todas as condições de reverter a atual situação rapidamente e, desde já, desejamos amplo sucesso à equipe que assume a liderança do país”.

WESLEY BATISTA (PRESIDENTE DA JBS)

“(...) possa dar o próximo passo em direção às reformas estruturantes, para diminuir o custo Brasil”.

(De acordo com ele, além das reformas na previdência, é preciso mexer nos tributos e nas relações trabalhistas) “São coisas que sentimos na carne, como é tão caro a operação por aqui”.

JOSÉ AUGUSTO FERNANDES (DIRETOR DA CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA)

“Não há uma bala de prata, mas cinco ou seis iniciativas que mostrarão que o regime mudou”.

ANTÔNIO MEGALE (PRESIDENTE DA ANFAVEA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES),

“Uma visão de longo prazo é fundamental para a previsibilidade, tão necessária para o planejamento e o desenvolvimento”.

CARLOS PASTORIZA (PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ABIMAQ - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS)

“A economia está derretendo e as empresas estão fechando ou demitindo. Não dá mais para postergar os ajustes importantes”, afirmou.

ALENCAR BURTI (PRESIDENTE DA ACSP - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO)

“[...] os problemas da economia não serão ‘resolvidos em um passe de mágica’”.

Observe que nenhum político foi inserido como fonte na matéria, nem mesmo os cidadãos foram consultados, nem por meio de enquête. Ou seja, a principal matéria do Portal UOL logo após a entrada no novo presidente, dava voz ao ministro da Economia e às pessoas influentes da indústria, comércio, do setor bancário, entre outras.

Ao discorrer sobre a natureza das fontes, Nilson Lage revela: “As fontes podem ser mais ou menos confiáveis (confiança, como se sabe, é coisa que se conquista), pessoais, institucionais ou documentais”. (2001, p. 62). Essa frase talvez simplifique a explicação para os motivos que levaram os jornalistas a preterirem os políticos

nessa matéria – a ausência de confiabilidade para uma notícia tão séria. Mas surgem outras perguntas: os políticos não foram importantes fontes nas ações contra e favor das frentes políticas? E o público?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário em que jornalistas aparecem como definidores secundários, como ressaltado em Hall et al. (1993), há ressalvas bem claras nesse começo do século XXI. É para esse ponto que também chama atenção Caio Túlio Costa (2008), ao falar do maior poder de mídia nas mãos dos cidadãos. Em termos de diversidade da perspectiva das fontes de informação, o significado disso na construção da notícia ainda é impreciso.

Logo, ao tentar articular a pauta, o público, as abordagens da *agenda-setting* e os definidores primários, que integram os clássicos estudos das teorias do jornalismo, à crise brasileira, há dois caminhos que podem nortear as reflexões nesse momento. Um diz respeito a verificar e valorizar a participação do público na produção da notícia, saudando-a com entusiasmo no que diz respeito ao interesse público. Outra, menos otimista, pondera para os limites que a própria estrutura burocrática e ideológica dos meios e da sociedade impõe a essa participação.

Ao observar como é a realizada a seleção das matérias (como no exemplo da ausência de uma notícia sobre o Dia da Abolição da Escravatura) e a angulação da pauta ou mesmo a escolha das fontes (no caso da matéria sobre economia selecionada para este estudo) é possível vislumbrar uma nova discussão em torno do conceito de jornalismo cívico, conforme propõe Traquina (2001, p. 182-183).

Se o movimento defende que o jornalismo cívico é adicional, isto é, adiciona novas responsabilidades que o (velho) jornalismo já assume, como, por exemplo, informar o público, denunciar abusos de poder, etc., onde estão os recursos para responder aos desafios diários e, ainda mais, assumir também os custos de ser o campeão de uma vida pública vibrante? Será realista tanto otimismo quanto à capacidade de mudança duma profissão tão marcada por uma litania de rotinas e práticas, tão condicionada pelos imperativos de tempo e espaço, tão embriagada com a sua própria cultura? Será realista defender a posição que a existência ou não de cidadãos conscientes depende do jornalismo?

As redes sociais demonstram a indignação e, ao mesmo tempo, certo tipo de convencimento e coerção. Após longos debates, em particular no Facebook, sempre

surge uma pessoa para *cutucar* e, logo depois, perguntar de que lado você (e, neste caso, o jornalista) deve estar. Rapidamente vem a lembrança das aulas de *Introdução ao Jornalismo*, ministradas pelo professor Marinósio Trigueiros Neto, na Universidade Estadual de Londrina (UEL)⁵. A resposta deveria ser simples: da verdade.

REFERÊNCIAS

- BLÁZQUEZ, N. **Ética e meios de comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1999.
- BELTRÃO, L. *Teoria e Prática do Jornalismo*. Adamantina: Edições Ommnia, 2006.
- BUCCI, E. Vazamento é a mãe. *O Estado de S.Paulo*, Caderno Aliás, 05 de março de 2016, p. 2. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,vazamento-e-a-mae,10000019737>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- COSTA, C. T. *Ética, Jornalismo e Nova Mídia*. São Paulo: Zahar, 2009.
- ERBOLATO, M. *Técnica de Codificação em Jornalismo*: redação, captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática, 1991.
- FLORESTA, C.; BRASLAUSKAS, L. *Técnicas de Reportagem e Entrevista em Jornalismo*: roteiro para uma boa apuração. São Paulo: Saraiva, 2009.
- FOLHA DE S.PAULO. Novo Manual da Redação. São Paulo: Folha de São Paulo, 1996.
- FOLHA DE S.PAULO. Manual da Redação. São Paulo: PubliFolha, 2001.
- HALL, S.; CRITCHER, C.; JEFFERSON, T.; CLARKE J.; ROBERTS, B. A Produção Social das Notícias: o *mugging* nos mídia. In: TRAQUINA, N. (Org.) *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993. p. 224-248.
- JORGE, T. M. *Manual do Foca*: guia para a sobrevivência de jornalistas. São Paulo: Contexto, 2009.
- LAGE, N. *A reportagem*: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LIPPMANN, W. *Opinião Pública*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MONTEIRO DA LUZ, C. R. Um olhar sobre a pauta – o fio de Ariadne. *Comum* 25, Rio de Janeiro, v. 11, nº 25, p. 92-134, julho/dezembro 2005. Disponível em: <<http://www.thaisabueno.com.br/wp-content/uploads/2016/02/02-olhar-sobre-a-pauta.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- MARTINS, E. (org.). *Manual de Redação e Estilo*: O Estado de S.Paulo. São Paulo: O Estado de S.Paulo, 1997.
- PENA, F. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- POPPER, K. *O racionalismo crítico na política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- TRAQUINA, N (Org.). *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.
- _____. *O Estudo do Jornalismo no Século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

5. Marinósio Trigueiros Neto foi professor da Universidade Estadual em Londrina em 1991. Além das aulas teóricas, trabalhos de campo eram frequentes na época, com os alunos frequentando hospitais, praças esportivas, comunidades carentes, entre outros locais, como forma de orientação diante do ofício de jornalista.

ARTIGOS ANALISADOS EM 13 DE MAIO DE 2016

FONTE

- UJ 1:** *(Novo Ministro da Economia) Meirelles diz que pode propor aumento da idade mínima para a aposentadoria.* Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/05/13/meirelles-diz-que-pode-propor-aumento-da-idade-minima-para-a-aposentadoria.htm>>.
- UJ 2:** *Empresariado vê sinais de otimismo para a economia com saída de Dilma.* Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1770828-empresariado-ve-sinais-de-otimismo-para-a-economia-com-saida-de-dilma.shtml>>.

SOBRE OS AUTORES

Enio Moraes Júnior é Graduado em jornalismo (Universidade Federal de Alagoas), com Mestrado e Doutorado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da (Universidade de São Paulo, ECA / USP) e especialista em Jornalismo Político e Econômico (Universidade Tiradentes). É professor do Curso de Jornalismo e do Mestrado Profissional em Produção Jornalística e Mercado da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), em São Paulo. É autor do livro *Formação de Jornalistas: elementos para uma pedagogia de ensino do interesse público* (Editora Annablume, 2013). É membro do Grupos de Pesquisas do Mestrado Profissional em Produção Jornalística e Mercado (MPPJM) da ESPM-SP e Jornalismo Popular e Alternativo (Alterjor), da USP.
E-mail: enio@espm.br

Luciano Victor Barros Maluly possui Graduação em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo (Universidade Estadual de Londrina), Mestrado em Comunicação Social (Universidade Metodista de São Paulo), Doutorado em Ciências da Comunicação e Livre Docência (Universidade de São Paulo), além de Pós-Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas (Universidade do Minho, Portugal). Atua como professor e pesquisador na Universidade de São Paulo (USP), com experiência na área de Comunicação, com ênfase em radiojornalismo e jornalismo esportivo. É membro do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Popular e Alternativo (Alterjor), da USP.
E-mail: lumaluly@usp.br

Recebido em 30 de outubro de 2016 e aprovado em 12 de dezembro de 2016.